



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

28/05/2017 ATÉ 28/05/2017

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG DA KELLY.....	2
3	CONVÊNIOS	
	3.1 INTERNET - OUTROS.....	3
4	DECISÕES	
	4.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	4
5	EVENTOS	
	5.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	5
	5.2 SITE O QUARTO PODER.....	6
6	JUIZES	
	6.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	7
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 BLOG IDALGO LACERDA.....	8
	7.2 BLOG LUÍS CARDOSO.....	9
	7.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	10
8	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
	8.1 BLOG MARCO DEÇA.....	11
	8.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	12

Justiça: 1ª Vara Criminal de São Luís passa ter competência para julgar organizações criminosas

Com a publicação da Lei Complementar nº 188, de 19 de maio de 2017, a 1ª Vara Criminal de São Luís passa a ter competência para processar e julgar todos os crimes envolvendo atividades de organização criminosa, ocorridos em todo o Estado do Maranhão. As medidas para implantação das novas competências foram discutidas nesta sexta-feira (26), em reunião no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Na ocasião, o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha ressaltou a importância da aprovação da Lei Complementar Nº 188/2017, que atende a antiga reivindicação do Ministério Público e da Segurança Pública do Maranhão, para criação de uma vara com competência especializada no processo e julgamento dos casos envolvendo o crime organizado. Ele explicou que os primeiros meses servirão para experimentação e observação do trabalho, que será avaliado no próximo semestre, para verificação da necessidade de melhorias ou mudanças.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, frisou que a medida é importante para reforçar a luta contra o crime organizado no Estado e que o órgão dará uma efetiva contribuição para o sucesso da iniciativa.

O juiz titular da 1ª Vara Criminal, Ronaldo Maciel, disse que atuará em conjunto com os órgãos envolvidos com a segurança pública do Estado, buscando combater o crime organizado e respeitando a independência funcional de cada agente. *“Somos todos aliados neste objetivo comum e não podemos nos furtar da responsabilidade”*, afirmou.

O secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela, afirmou que o alinhamento e trabalho integrado dos órgãos permitirá uma melhoria na resposta à sociedade quanto ao efetivo combate ao crime organizado.

COMPETÊNCIA

Segundo a Lei Complementar nº 188/2017 – que trouxe novas definições de competência e organização judiciária às unidades judiciais – as ações penais que envolvam organizações criminosas em andamento em outras unidades jurisdicionais, quando da publicação da Lei, não serão redistribuídas à 1ª Vara Criminal de São Luís. Aqueles processos já em andamento na 1ª Vara deverão permanecer na unidade.

Conforme a Lei, o juiz titular da 1ª Vara Criminal poderá decidir pela formação de colegiado em 1º Grau para a prática de qualquer ato processual – de que trata a Lei nº 12.694/2012 – especialmente decretação de prisão ou de medidas assecuratórias; concessão de liberdade provisória ou revogação de prisão; sentença; progressão ou regressão de regime de cumprimento de pena; concessão de liberdade condicional; transferência de preso para estabelecimento prisional de segurança máxima e inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado.

CRIME ORGANIZADO

A alteração da competência da 1ª Vara Criminal de São Luís segue a Recomendação nº 3/2006 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos tribunais a especialização das unidades judiciais para processar e julgar, de forma exclusiva ou concorrente, os crimes praticados por organizações criminosas, com o fim de melhorar a qualidade e celeridade em relação ao processamento de delitos de maior complexidade, seja quanto ao crime ou quanto ao

número de envolvidos.

A medida considera a necessidade da concentração de esforços, recursos públicos e informações no combate ao crime organizado, além da necessidade de resposta judicial ágil e pronta em relação às medidas especiais de investigação aplicáveis à matéria.

Segundo a Recomendação nº 3/2006 do CNJ, o “grupo criminoso organizado” é aquele estruturado, de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção das Nações Unidas sobre Crime Organizado Transnacional, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou material.

Participaram da reunião, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Ângelo Santos; o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim; o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo; o delegado da Superintendência Estadual de Investigação Criminal (SEIC), Thiago Bardal; os promotores de Justiça Adélia Maria Rodrigues (1ª Promotoria de Justiça Criminal) e Marcos Valentim Pinheiro (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do MPMA (GAECO)); o presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil, Marconi Chaves; o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão, Tarcisio de Sousa Bonfim; além de delegados que atuam nos órgãos de combate ao crime organizado do Estado.

Da Assessoria do TJMA

Amigos e familiares preparam manifestação no dia da audiência do assassinato da jovem Nayara Paixão no Fórum de Justiça de Imperatriz

27/05/2017 00:00:00

Amigos e familiares da jovem Nayara Reis Paixão, covardemente assassinada a mando e com participação do ex-namorado, Gedeon Abreu, prepara uma manifestação em frente ao Fórum de Justiça de Imperatriz na próxima terça-feira (30), as 14h, onde acontecerá a audiência de pronúncia do caso.

O crime aconteceu no dia 07 de Novembro de 2016, na Rua XV de Novembro no momento em que a jovem saía do trabalho pra casa, quando foi assassinada a tiros.

Amigos e familiares estão unindo forças para manifestar a favor da manutenção de Gedeon Abreu na prisão. Segundo um dos familiares da vítima, é justo e necessário que ele continue preso e pague pelo crime que cometeu.

"Convidamos a todos amigos, familiares e a população imperatrizense para juntos vim manifestar com a gente para que esse criminoso pague pelo crime covarde que ele cometeu, nesta terça-feira (30), as 14h, no Fórum de Justiça de Imperatriz", convida um dos familiares da vítima.

Bacharel em direito que agrediu a mãe será transferido ainda nesta sexta-feira (26), para Pedrinhas

27/05/2017 00:00:00

Lá em Pedrinhas, esse cara tem que falar fino e virar menina...

O bacharel em Direito, Roberto Elísio Coutinho, que agrediu a mãe de 80 anos, Joseth Coutinho Martins de Freitas, será transferido ainda nesta sexta-feira (26), para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a informação foi obtida através de declarações da delegada Iglia Freitas, que está responsável pelo caso e solicitou a prisão do agressor. A determinação da prisão foi expedida pela juíza Oriana Gomes que é da 8ª Vara Criminal.

Roberto Elísio Coutinho ficará preso por tempo indeterminado, afinal o pedido foi por prisão preventiva e não cabe o pagamento de fiança, uma vez que ele foi enquadrado no crime de tortura, ameaça, cárcere privado, entre outros.

A juíza Oriana Gomes também determinou o afastamento do acusado do lar e proibiu que ele mantenha distância mínima da idosa de 1.000 metros. Até o momento não foi informado se foi solicitada uma cela especial para o agressor da idosa.

VEJA O VÍDEO DA AGRESSÃO DE FILHO A MÃE DE 84 ANOS

De acordo com dados obtidos pela investigação da Polícia Civil do Maranhão, a mãe de Roberto Elísio possui uma aposentadoria no valor de R\$38 mil da Universidade

Federal do Maranhão, porém só estava recebendo R\$12 mil líquido por conta de diversos empréstimos contraídos em seu nome. Existe a suspeita que oito empréstimos consignados foram realizados pelo filho da vítima, alguns dos parcelamentos prevê um pagamento de 49 parcelas no valor de R\$3,5 mil.

Em entrevista nesta sexta-feira (26), Roberto Elísio: "*Me arrependo de não ter me tratado antes. A pessoa nunca quer admitir que está doente. Eu não agrido minha mãe. A minha mãe é tudo pra mim. Eu não tenho mais pai. Eu cuido da minha mãe durante todos esses anos. Eu larguei tudo, eu larguei minha vida, eu larguei de trabalhar para cuidar dela*", declarou.

[O bacharel em Direito foi preso no município da Raposa na região metropolitana de São Luís.](#)

.[Blog do Diego Emir](#)

Partiu de Roberto Elísio Coutinho de Freitas Filho a iniciativa de denunciar o próprio pai que vinha agredindo verbal e fisicamente a avó dele, conforme vídeos viralizados nas redes sociais. Por essa razão, o pai, bacharel em Direito, 51 anos, encontra-se preso em Pedrinhas desde sexta-feira à tarde.

O Bacharel teve as cenas de agressões filmadas pela esposa e entregues ao filho dele que procurou a Delegacia do Idoso para denunciar o pai. O fato chegou ao conhecimento do Ministério Público e o promotor Cutrim pediu para a 8ª Vara Criminal a prisão do agressor, tendo sido acatada pela juíza Orioná Gomes.

Além de torturar a mãe, o filho desalmado esbanjava dinheiro e mordomia com a pensão e a aposentadoria de dona Joseth Martins de Freitas, que dão um total de R\$ 38 mil mensais. Doente e sem raciocínio lógico, a mãe deixava o cartão bancário em mãos do filho agressor, que chegou a contrair diversos empréstimos.

Agora, ainda que seja liberado da cadeia nos próximos dias ou meses, o agressor estará proibido de movimentar a conta da mãe dele.

Eduardo Braide anuncia emenda parlamentar para Mercado do Anjo da Guarda?

27/05/2017 14:30:16

Deputado visita o local e apresenta aos comerciantes projeto que destina R\$ 400 mil para melhorar o ambiente

DE VOLTA - Braide esteve novamente com os comerciantes da Feira do Anjo da Guarda

O deputado Eduardo Braide visitou, no início da manhã de sexta-feira, 26, o Mercado do Anjo da Guarda. Na ocasião, apresentou aos comerciantes, a autorização da sua emenda parlamentar, no valor de R\$ 400 mil, destinada a reforma do espaço.

- Já estive aqui outras vezes conversando com quem trabalha e com quem vem aqui comprar qualquer produto. A reclamação é sempre a mesma e com razão: as condições do mercado. Não é possível permitir que as pessoas ganhem seu sustento ou comprem seus alimentos em um espaço sem condições adequadas. E o pior, é que essa não é uma realidade só daqui - declarou o deputado.

O Mercado do Anjo da Guarda é um dos 27 pontos apontados na Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público do Maranhão (MPMA). No início do mês de maio, a juíza Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, determinou - a partir dessa solicitação - que o Município de São Luís, por meio da Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento apresentasse no prazo de 10 dias, o cronograma detalhado de reforma, ampliação e adequação das feiras e mercados públicos da capital.

- Independentemente de qualquer coisa, todos nós temos que dar a nossa parcela de contribuição para uma cidade, um estado melhor. Por isso hoje vim aqui cumprir com o meu papel como deputado estadual. Apresentei aos comerciantes do Mercado, a autorização da emenda parlamentar de minha autoria, no valor de R\$ 400 mil (recursos estaduais), destinada à Prefeitura de

São Luís, para tratar de forma emergencial da reforma do mercado. O prefeito de São Luís já foi informado sobre a destinação do recurso. Espero que o projeto seja apresentado o mais breve possível pela Prefeitura, para que o espaço seja requalificado para os comerciantes e clientes. Agora, não tem mais desculpa da falta de recursos. É trabalhar - finalizou Eduardo Braide.

Governo, TJ E Emap Assinam Termo De Cooperação Para Inserção De Egressos Do Sistema Prisional Em Obras Públicas.

Garantir que egressos do sistema prisional do Maranhão executem obras realizadas pelo Governo do Estado é a finalidade do Termo de Cooperação Técnica assinado, essa semana, entre a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), e a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), órgão ligado ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

A iniciativa consiste em instituir a operacionalização da Lei 10.182/2014, responsável pela criação do “Programa Começar de Novo”, criado em 2009, por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a finalidade de promover ações de reinserção social de pessoas que já deixaram o sistema carcerário. Com a assinatura do termo, o objetivo é contratar detentos e egressos para trabalharem em obras e serviços feitos pelo Estado, com vagas previamente reservadas, e oferta de qualificação técnica.

“É mais uma união de esforços, promovida pelo Governo do Estado, no sentido de dar muito mais oportunidades de trabalho e renda digna àqueles que cumpriram pena, e agora tentam um emprego. Atualmente, existem mais de 90 oficinas de trabalho dentro do Sistema Penitenciário do Maranhão. Mas, essa nova parceria vem beneficiar diretamente aqueles que já saíram, porém, enfrentam o desemprego por causa do preconceito”, explicou a subsecretária da Seap, Ana Luísa Falcão.

Competências

O Termo de Cooperação Técnica especifica as competências de cada uma das partes. À Seap cabe encaminhar os egressos do sistema prisional ao “Programa Começar de Novo” para cadastro e emissão da documentação civil básica, visando o preenchimento das vagas disponíveis. Esse trabalho é coordenado pela Secretaria Adjunta de Atendimento e Humanização Penitenciária (SAAHP), executado pela Supervisão de Trabalho e Renda e do Núcleo de Monitoramento de Egressos (Numeq).

Ao Tribunal de Justiça do Maranhão compete divulgar, junto aos parceiros, dados e resultados obtidos com essa experiência. Além disso, é de responsabilidade do TJ-MA selecionar previamente as pessoas cadastradas no “Programa Começar de Novo”. Entre outras competências, o Tribunal de Justiça deve ainda monitorar o número de egressos do sistema prisional inseridos no mercado de trabalho que exercem funções nas empresas prestadoras de serviços à Emap.

Já a Emap fica responsável em orientar a empresa vencedora da licitação sobre o devido cumprimento da Lei 10.182/2014, conforme previsto no edital do certame. Cabe ainda à Emap acompanhar a atualização das declarações, conforme o prazo de validade estabelecido; acompanhar o preenchimento das vagas destinadas pelas empresas ao Programa. Atualmente, mais de 2.300 internos estão inseridos em ações de trabalho e renda, no sistema prisional maranhense.

Práticas no judiciário para combater a corrupção são destacadas em seminário

Durante o II Seminário “Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública”, promovido pelo movimento “Maranhão contra a Corrupção”, que aconteceu nesta sexta-feira (26), membros do Judiciário, Ministério Público Estadual e de Contas destacaram a história, prática e perspectivas do combate à corrupção. O juiz Marcelo Santana Farias, da 1ª Vara de Lago da Pedra, situou historicamente o combate à corrupção, fez uma reflexão disciplinar, com foco na Operação “Lava Jato”, deflagrada pela Justiça Federal em 2014 e hoje em sua 41ª fase. O juiz demonstrou que o Poder Judiciário nasceu como um braço do Estado em favor do Estado, tanto imunizando as práticas corruptas dentro do próprio Estado, quanto atuando como mecanismo de controle execução penal acabam deixando imunes os crimes de colarinho branco e os poderosos.

Crimes todos cometem, mas os crimes do colarinho branco são pouco investigados, de uma forma ou de outra; seja por omissão, ou pela seleção dos crimes menos graves”, ressaltou o juiz. LOGÍSTICA DA LAVA JATO Foi ressaltado como modelo a ser seguido no combate à corrupção a logística da Operação Lava Jato: seguir o rastro do dinheiro roubado; utilizar a prisão preventiva, quando necessária; e blindar decisões e sentenças e os pedidos do Ministério Público e da Polícia Judiciária, de forma a evitar a sua reforma. Também foi recomendada a adoção de medidas específicas durante o período eleitoral, como o bloqueio de verbas e proibições de saques durante o período eleitoral. Algumas propostas e inovações no campo legislativo ainda foram destacadas, dentre elas, o advento da Lei do Abuso de Autoridade (nº 4.898/1965); da Lei de Repatriamento de Ativos (nº 13.254/2016); as Propostas e Emenda Constitucional Nº 62/2015 e 117/2015; o Projeto de Lei nº 4.372/2016 que propõe alterar o instituto da delação premiada; a criação da Comissão da Câmara dos Deputados para elaboração do Novo Código de Processo Penal (PL nº 8045/10); as tentativas de anistia ao “Caixa 2” e, por último, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o foro por prerrogativa de função.

Mercado do Anjo da Guarda deve ser reformado

“Já estive aqui outras vezes conversando com quem trabalha e com quem vem aqui comprar qualquer produto. A reclamação é sempre a mesma e com razão: as condições do mercado. Não é possível permitir que as pessoas ganhem seu sustento ou comprem seus alimentos em um espaço sem condições adequadas. E o pior, é que essa não é uma realidade só daqui”, declarou o deputado. O Mercado do Anjo da Guarda é um dos 27 pontos apontados na Ação Civil Pública (ACP) do Ministério Público do Maranhão (MPMA). No início do mês de maio, a juíza Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, determinou - a partir dessa solicitação - que o Município de São Luís, por meio da Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento apresentasse no prazo de 10 dias, o cronograma detalhado de reforma, ampliação e adequação das feiras e mercados públicos da capital. “Independentemente de qualquer coisa, todos nós temos que dar a nossa parcela de contribuição para uma cidade, um estado melhor. Por isso hoje vim aqui cumprir com o meu papel como deputado estadual. Apresentei aos comerciantes do Mercado, a autorização da emenda parlamentar de minha autoria, no valor de R\$ 400 mil (recursos estaduais), destinada à Prefeitura de São Luís, para tratar de forma emergencial da reforma do mercado. O prefeito de São Luís já foi informado sobre a destinação do recurso. Espero que o projeto seja apresentado o mais breve possível pela Prefeitura, para que o espaço seja requalificado para os comerciantes e clientes. Agora, não tem mais desculpa da falta de recursos. É trabalhar”, finalizou Eduardo Braide.

SÃO LUÍS O bacharel em Direito Roberto Elísio Coutinho de Freitas, o Gordo, de 50 anos, pode responder por mais de 20 anos de cadeia pelos crimes de tortura, violência doméstica, ameaça e cárcere privado. Ele foi preso na manhã de sexta-feira, 26, na cidade de Raposa, sob acusação de agredir física e psicologicamente a sua genitora, Joseth Coutinho Martins de Freitas, de 84 anos, em sua residência, no bairro do Vinhais. Roberto Elísio teve prisão preventiva decretada e ainda na sexta-feira foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A Defensoria Pública do Estado (DPE) registrou, em 2016, 804 casos de violência contra o idoso na Ilha e 394 de janeiro a abril deste ano. Desde a noite de quinta-feira, 25, está circulando na rede social um vídeo em que Roberto Elísio Coutinho aparece agredindo a sua genitora, a professora aposentada de uma universidade pública e que ainda sofre de Alzheimer, Joseth Coutinho Martins de Freitas. Na manhã de sexta-feira, a cúpula da Secretaria de Segurança Pública (SSP) apresentou o agressor à imprensa, na sede da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), na Vila Palmeira. A coletiva contou com a presença da subdelegadageral da Polícia Civil, delegada Adriana Amarantes? do superintendente da SPCC, delegado Armando Pacheco, e de Iglia Freitas, titular da Delegacia do Idoso. A delegada Iglia Freitas informou que ficou sabendo da ocorrência também por meio da rede social na quinta-feira e no mesmo dia comunicou o ato de barbárie à juíza titular da 8ª Vara Criminal, Oriana Gomes. Logo depois, o Poder Judiciário expediu o mandado de prisão preventiva contra o criminoso. A ordem judicial foi cumprida na manhã de sexta-feira.

Roberto Elísio Coutinho foi preso na residência da família, em Raposa. Segundo a delegada, ele vai ficar preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas à disposição da Justiça. Entre os crimes que serão atribuídos a ele estão o de tortura, violência doméstica, ameaça e cárcere privado, que tem pena acima de 20 anos de cadeia. Vídeo Em relação ao vídeo em que Roberto Elísio Coutinho aparece batendo com um pedaço de ferro em sua genitora, e ainda a agredindo psicologicamente, puxando à força o seu braço e lhe dando empurrões, a delegada declarou que foi gravado no começo deste ano pela mulher do acusado, nome não revelado. A delegada também informou que há possibilidade de o homem ter agredido a idosa em outras oportunidades, já que as imagens do vídeo revelam a suspeita de que o ato de barbárie vinha sendo praticado com frequência. “Ainda bem que esse vídeo veio à tona e a polícia conseguiu prender o acusado”, declarou Iglia Freitas. A delegada afirmou que cabe ao agressor, que se diz portador de esquizofrenia, provar essa situação na Justiça, por meio de exames médicos. À polícia, cabe concluir o inquérito e encaminhá-lo ao Poder Judiciário no prazo estabelecido. Inquérito O delegado Armando Pacheco, superintendente da SPCC, informou que o inquérito policial foi instaurado ainda na sexta-feira na Delegacia do Idoso, sob o comando da delegada Iglia Freitas, que tem prazo de 10 dias para concluí-lo. Armando Pacheco declarou ainda que a polícia realizou uma revista na casa da idosa, no Vinhais, onde apreendeu um aparelho de DVR, munições de calibre 38, um distintivo da Polícia Federal e um contracheque em nome dela, que serão periciados nos próximos dias. Por meio do contracheque da vítima, a polícia constatou que os proventos da idosa estão acima de R\$ 38 mil, mas devido aos empréstimos consignados realizados recebe apenas a quantia de R\$ 12 mil. “Esses empréstimos acabam resultando na suspeita de que o agressor estava consumindo o patrimônio da sua mãe”, explicou Armando Pacheco. O delegado disse ainda que há suspeita de que Roberto Elísio Coutinho agredia também, física e psicologicamente, o seu genitor, nome não revelado, antes de sua morte, assim como a sua mulher e suas duas empregadas. A polícia vai investigar esses casos. Exames Uma equipe composta por policiais, assistentes sociais e psicólogos ainda na manhã de sexta-feira, 26, foi até a residência da idosa para levá-la para fazer os exames periciais. A delegada Iglia Freitas declarou que a vítima apresentava sinais de violência, principalmente na mão direita e no pescoço. A idosa foi submetida a exame no Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga. Ela também foi assistida por uma equipe da área médica e de assistentes sociais. “Estamos vendo a questão criminal e também a civil da vítima”, disse a delegada. Ela declarou ainda que, no momento, a guarda da idosa vai ficar sob a responsabilidade do neto, nome não revelado, que reside no bairro São Francisco, mas será monitorada pela equipe da Delegacia do Idoso. Esquizofrenia “Eu tive uma boa criação. A minha mãe não merecia isso e eu sei que errei”, afirmou Roberto Elísio Coutinho, que disse ainda que, há três anos, vem sofrendo de esquizofrenia e não estava se tratando. Ele mora com a mãe idosa em companhia de sua esposa e de seu enteado. Em relação aos maus-tratos, ele disse que somente teria agredido a idosa uma única vez devido

à vítima não querer comer. “Eu sofro de esquizofrenia e em determinado momento perco a cabeça, mas vou procurar tratamento”, desabafou. Entenda o caso Atendimento ao idoso O Disque 100, canal da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, os conselhos Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso, Delegacia do Idoso, Promotoria do Idoso do Ministério Público, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi) da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) são órgãos de ajuda e servem para denunciar a violência contra o idoso. A coordenadora do Ciapvi, assistente social Isabel Lopizic, disse que o centro é onde a pessoa idosa recebe acompanhamento psicológico, com encaminhamento aos órgãos de atenção. Em casos de agressões físicas, por exemplo, o encaminhamento é feito à Delegacia do Idoso. Em caso de denúncia de empréstimo indevido ou necessidade de atendimento hospitalar, a Defensoria entra com ação judicial? em caso do uso indevido de benefício por membros da família, é feita a mediação para dirimir o assunto. Ela ainda informou que desde o mês de janeiro deste ano até o final de abril 615 pessoas foram atendidas no Ciapvi e dentre estes atendimentos ficaram comprovados 394 casos de violência contra o idoso na Ilha. Na maioria dos tipos de violência foi de negligência, psicológica e abuso financeiro e sendo como autores filho, neto e sobrinho. Os bairros de maior incidência da violência denunciada foram na Cidade Operária, São Francisco, Anjo da Guarda, Coroadinho e Centro. Saiba mais O promotor do idoso, José Cutrim, informou que o neto de Joseth Coutinho, nome não revelado, havia denunciado o pai de maus tratos contra avó, no último dia 23. Inclusive, o Ministério Público tinha solicitado à juíza titular da 8ª Vara Criminal, Oriana Gomes, uma medida protetiva. Relembre Violência contra o idoso na Ilha este ano Atendimento: 615 pessoas foram atendidas pela equipe do Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciapvi) este ano. Comprovados: 394 casos Tipos de Violência mais denunciados: negligência, violência psicológica e abuso Financeiro Bairros de maior incidência: Cidade Operária, São Francisco, Anjo da Guarda, Coroadinho e Centro

Estado não cumpre ordens judiciais nem sua própria lei para fazer reintegrações de terras invadidas e prejudica preservação ambiental

Cinco propriedades rurais da Suzano Papeis e Celulose no Maranhão continuam sendo ocupadas por invasores do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), apesar do Poder Judiciário já ter expedido as reintegrações de posse. O descumprimento das ordens judiciais pelos órgãos de Segurança Pública do Estado tem um agravante: as áreas invadidas são todas de preservação ambiental, ou seja, o Estado com essa demora estaria agindo para agravar a conservação do meio-ambiente.

As cinco fazendas invadidas ficam nos municípios de Vila Nova dos Martírios, Bom Jesus das Selvas, Matões do Norte e Parnarama. As áreas ocupadas estão dentro dos 80% obrigatórios de cada propriedade para preservação ambiental, ou seja, sequer são utilizados para os plantios de eucalipto, que é o principal objetivo da empresa.

Segundo o gerente de Relações Institucionais e Jurídicas da Suzano, Flávio Moura Fé, a empresa não tem nada contra a lei sancionada pelo governador Flávio Dino (PCdoB) em 2015, que não autoriza o uso, de imediato, da força policial para cumprimento das determinações da Justiça, mas que o Estado pelo menos cumpra a lei que ele próprio criou.

Ele cita o exemplo da Fazenda Rodominas, em Bom Jesus das Selvas, onde depois de todas as tratativas, inclusive acordo com os invasores, nunca foi desocupada. No mês de março, segundo ele, houve uma reunião envolvendo a Ouvidoria Agrária Nacional, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério Público, Tribunal de Justiça e Secretaria Estadual de Cidadania e Direitos Humanos, quando ficou pactuado que os invasores sairiam no final daquele mês, mas até hoje nenhuma providência neste sentido foi tomada.

O presidente da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), criada pelo Governo do Estado para dar parecer sobre as ordens judiciais e autorizar seu cumprimento, Jonata Galvão, informa que os documentos ainda estão sendo providenciados para fins devidos.

Por estas explicações, não há previsão de se cumprir o determinado pela Justiça e o que foi pactuado, num descumprimento da lei estadual. Flávio Moura Fé (foto) diz que a lentidão no cumprimento de ordens judiciais cria um problema tanto para a proprietária da área quanto aos invasores, pois estes estão construindo casa, fazendo plantios, desenvolvendo pecuária etc e um dia terão de deixar tudo para trás, isto é, quanto mais o tempo passa mais eles trabalham em vão. Por outro lado, quanto mais avança a destruição da floresta mais será o trabalho futuro da empresa quando reaver a posse, porque pela lei cabe a ele recuperar o que foi destruído.

Mais de 400 outras reintegrações de posse, determinadas pela Justiça, aguardam cumprimento pelo Governo do

Estado, o que para alguns cria uma insegurança jurídica e pode trazer mais violência para o campo. O presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Thiago Diaz, diz que vai ingressar com uma ação contra o Estado por não vir respeitando o Judiciário nesta questão. Se existe a lei, que pelo menos o governo cumpra o que sancionou.

Milhares de pessoas são atendidas pela Ação Global realizado pelo Sesi neste sábado

Milhares de pessoas participaram neste sábado (27) da Ação Global, evento realizado pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) em parceria com a Rede Globo (TV Mirante), que disponibiliza serviços gratuitos em diversas áreas para a população. A solenidade de abertura, no Centro Pedagógico Paulo Freire (Campus da Universidade Federal do Maranhão), contou com a presença da atriz Jurema Reis e um concerto da Orquestra Filarmônica de Rosário Erasmo Pereira Neves.

No seu pronunciamento, o empresário Edilson Baldez, presidente da Federação das Indústrias e diretoria regional do Sesi, falou com entusiasmo sobre o evento. “Esta é uma grande festa da cidadania. Esse é um projeto importante para o Maranhão. Ficamos felizes e agradecidos pela parceria voluntária de todos e pela participação da população. A alegria em servi o próximo e a disponibilidade é algo que nos motiva a cada ano!”

A reitora da Universidade Federal, Nair Portela também fez uso da palavra e saudou os visitantes. “A UFMA recebe todos com muita alegria. A universidade está de portas abertas”, disse a reitora.

Há 24 anos, a professora Terezinha de Jesus Almeida Silva Rêgo, doutora em Botânica, é uma das voluntárias da Ação Global, fato que rendeu à pesquisadora uma placa de homenagem.

Livros - A Ação Global deste ano trouxe novidades, que agradaram principalmente crianças e jovens. A doação de livros recebidos da sociedade que arrecadou mais de 10 mil exemplares que vieram até do interior do Estado. Dentro de 4 horas foram doados mais de 4.000 exemplares, dentre livros didáticos, infantis acadêmicos e estrangeiros traduzidos para língua portuguesa.

Pedro Henrique, que há sete anos mora no Maiobão, esperou na fila junto à mãe e disse que os livros não são só pra ele, mas para a irmã que está em casa e não pode vir. “Fiquei feliz por ver ele tão interessado em algo que nem toda criança gosta, pois preferem trocar os livros por televisão”, ressaltou Maria Helena, mãe de Pedro.

Parcial - Segundo a primeira parcial, divulgada às 11h40, foram atendidas 28.550 pessoas. O número de parceiros total é de 237. São 286 serviços disponíveis nas áreas de cidadania, cultura, saúde, lazer, educação e esporte e 3.330 voluntários.

FOTOS: Veruska Oliveira

Juiz destaca práticas no sistema de Justiça para o combate à corrupção

27/05/2017 14:03:26

O juiz Marcelo Santana Farias (1ª Vara de Lago da Pedra), abordou a história, a prática e as perspectivas do combate à corrupção em palestra no Fórum de São Luís, nesta sexta-feira (26), durante o II Seminário "Improbidade Administrativa e Crimes contra a Administração Pública", promovido por membros do Judiciário, Ministério Público Estadual e de Contas que atuam no "Movimento Maranhão contra a Corrupção".

Em sua palestra, o juiz situou historicamente o combate à corrupção, fez uma reflexão disciplinar, destacando as teorias mais relevantes sobre o tema, falou das perspectivas e do momento atual, enfatizando a Operação "Lava Jato", deflagrada pela Justiça Federal em 2014 e hoje em sua 41ª fase.

Na retrospectiva histórica, o juiz demonstrou que o Poder Judiciário nasceu como um braço do Estado em favor do Estado, tanto imunizando as práticas corruptas dentro do próprio Estado, quanto atuando como mecanismo de controle contra as classes mais baixas. Nesse contexto, afirmou que o primeiro passo do magistrado no combate à corrupção é ter uma visão mais crítica da história e do seu papel no combate à corrupção e priorizar a ação contra os crimes praticados pelos mais poderosos.

"Tanto o Judiciário quanto o sistema de execução penal acabam deixando imunes os crimes de colarinho branco e os poderosos. Crimes todos cometem, mas os crimes do colarinho branco são pouco investigados, de uma forma ou de outra; seja por omissão, ou pela seleção dos crimes menos graves", ressaltou o juiz.

Como modelo a ser seguido no combate à corrupção, o juiz recomenda aos magistrados e ao sistema de execução penal incorporar a logística da Operação Lava Jato: seguir o rastro do dinheiro roubado; utilizar a prisão preventiva, quando necessária; e blindar decisões e sentenças dos magistrados e os pedidos do Ministério Público e da Polícia Judiciária, de forma a evitar a sua reforma. Recomendou, ainda, a adoção de medidas específicas durante o período eleitoral, como o bloqueio de verbas e proibições de saques durante o período eleitoral, medida essa tomada pelo próprio juiz, na comarca de Lago da Pedra. E, ainda, a publicidade das decisões.

LEIS - Marcelo Farias também destacou algumas propostas e inovações no campo legislativo, citando, dentre outras, o advento da Lei do Abuso de Autoridade (nº 4.898/1965); da Lei de Repatriamento de Ativos (nº 13.254/2016); as Propostas e Emenda Constitucional Nº 62/2015 e 117/2015; o Projeto de Lei nº 4.372/2016 que propõe alterar o instituto da delação premiada; a criação da Comissão da Câmara dos Deputados para elaboração do Novo Código de Processo Penal (PL nº 8045/10); as tentativas de anistia ao "Caixa 2" e, por último, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o foro por prerrogativa de função.

O post [Juiz destaca práticas no sistema de Justiça para o combate à corrupção](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).